

# Preocupação com aumento de feminicídios no Brasil motiva debate na CDH

O aumento dos casos de assassinatos de mulheres no Brasil, os chamados feminicídios, foi debatido em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (17). O pedido da audiência pública foi assinado pela senadora Leila Barros (PSB-DF) e pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado.

[\(Agência Senado, 17/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ao abrir a reunião, Paim ressaltou que o problema não se refere somente às mulheres e afeta toda a sociedade. Ele citou números fornecidos pela Secretaria da CDH, segundo os quais, em 76% dos casos de feminicídios, os agressores são o atual ou o ex-companheiro das vítimas, motivados pelo inconformismo com o fim do relacionamento.

— Os dados são alarmantes e até pedi confirmação da assessoria para saber se é isso mesmo, porque é muito preocupante: a cada dois segundos, uma mulher é agredida no país, e isso se refere a todo tipo de violência — disse.

**Leia mais:** [Comissão debate aumento de casos de feminicídio e dados surpreendem senador \(Universa, 17/06/2019\)](#)

## **Pesquisas**

De acordo com estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), a cada dez feminicídios registrados em 23 países da região em 2017, quatro ocorreram no Brasil. Naquele ano, pelo menos 2.795 mulheres foram assassinadas, das quais 1.133 no Brasil.

Já o Atlas da Violência 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou uma possível relação entre machismo e racismo: a taxa de assassinatos de

mulheres negras cresceu 15,4% na década encerrada em 2016. Ao todo, a média nacional, no período, foi de 4,5 assassinatos a cada 100 mil mulheres, sendo que a de mulheres negras foi de 5,3 e a de mulheres não negras foi de 3,1.

## **Autoridades**

O secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Alessandro Moretti, informou que 84% dos crimes contra mulheres ocorrem dentro das residências, e que esse detalhe dificulta o trabalho repressivo da polícia. Ele também apontou como principal motivação para esses atos, em cerca de 60% dos casos, o sentimento de posse do homem sobre a mulher, o que ocasiona ciúme excessivo e brigas.

Moretti comentou, entretanto, que é baixo o número de queixas formalizadas sobre ações de violência contra mulheres no Distrito Federal. São 23 denúncias a cada 75 feminicídios, disse ele, explicando que a Secretaria de Segurança do DF está em fase de contratação de uma empresa especializada para realizar um estudo sobre essa estatística. O secretário reconheceu que os órgãos competentes apresentam “uma grave falha” no diagnóstico preciso, mas considerou, no entanto, que o sistema de Justiça, de modo geral, “vem funcionando bem”.

— Temos coisas para aprimorar, por exemplo, que os juízes se tornem preventos nos casos de violência contra a mulher, a fim de se criar uma identidade para essas situações — salientou.

Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rodrigo Capez, destacou que a principal diferença entre o homicídio comum e o feminicídio é o fato do assassinato de mulheres ser um crime de difícil prevenção, mas de fácil identificação da autoria. Segundo ele, essa percepção torna clara uma “necessidade dramática” de atuação do poder público em campanhas e medidas de prevenção.

— Nós temos uma cultura de patriarcado, de dominação do homem sobre a mulher e isso não é recente, nem é um problema específico do Brasil. E uma das principais formas de prevenção do feminicídio, na minha avaliação, são os formulários de avaliação de risco, utilizado para conscientizar a vítima

sobre o grau de perigo ao qual ela está exposta e medidas para protegê-la.

## **Reflexões**

A coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Soraia Mendes, destacou a relevância dos dados e das investigações sobre as mortes de mulheres na elaboração de políticas públicas efetivas. Ela também chamou atenção para as universidades, enquanto produtoras de conhecimento, e para o que considera responsabilidade da imprensa nessa discussão. Para a especialista, o assunto envolve “uma masculinidade tóxica, em um país violento”.

— Precisamos falar sobre isso: As mulheres estão morrendo neste país. Nós somos ainda nomes em lápides, temos nossos corpos, mentes, psique e patrimônio maculados pela violência e não é à toa que a Lei Maria da Penha fala nisso. Não é um problema localizado, mas de uma nação toda — alertou.

A promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia e representante da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Sara Gama Sampaio, disse que o feminicídio é um crime evitável. E isso pode ser comprovado, segundo ela, pelas estatísticas e por sua experiência na aplicação da Lei Maria da Penha, em vigor há 13 anos.

Sara afirmou que mulheres vítimas de violência ouvidas por ela durante a elaboração de sua tese de mestrado declararam acreditar nas autoridades, e isso pode ajudar a diminuir os números de mortes. Outro instrumento capaz de ajudar a mudar as estatísticas, segundo a especialista, é a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015.

— Estamos em quinto lugar no ranking dos países que mais matam mulheres. O feminicídio é a “ponta do iceberg”, mas a maioria dos casos de violência acontece no campo íntimo, e a gente precisa ter elementos e estratégias para mudar essa realidade no nosso país.

## **Parlamentares**

A senadora Leila Barros destacou um “sentimento de indignação” sobre o tema, citando a falta de condições do Estado de cuidar das crianças afetadas

por esse problema social. Para a parlamentar, os números de feminicídios são ainda maiores do que os apontados, porque, segundo ela, há uma “falta de transparência aos olhos da sociedade”.

— É muito sério o que estamos vivendo e cada vez mais me sinto com sangue nos olhos e vontade de lutar ao lado de vocês, em busca de soluções. É uma pauta de todos nós, mulheres, homens, e do nosso país.

O senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) asseverou que todos os humanos têm responsabilidade em proteger as mulheres, “não com armas, mas com amor”. Para ele, os números do Mapa da Violência impressionam, mesmo o parlamentar não tendo certeza sobre a veracidade dos números. Ao falar sobre a necessidade de esclarecimentos a respeito da competência de cada órgão, Styvenson também defendeu a identificação detalhada das motivações dos feminicídios.

— É a Justiça que falha, é a punição que não serve? Vemos alguns casos pontuais em que o próprio agente de segurança, que deveria proteger, é o causador da violência. E essas razões, se são culturais, por exemplo, precisam ser localizadas — defendeu.

## **Opinião popular**

Internautas de diversos estados participaram da audiência pública interativa, por meio o portal e-Cidadania. Simone da Silva, do Rio Grande do Norte, sugeriu o uso do aplicativo WhatsApp como canal para pedidos de socorro. Ela acredita que essa medida facilitaria a localização da vítima e a chegada da polícia.

Keila Cristiana, de Goiás, defendeu punição mais severa para os criminosos, além de medidas educativas e de prevenção. Lucas Luan de Araujo Freitas, do Ceará, disse que os guardas municipais poderiam ter uma atuação maior na proteção das vítimas, “por estarem mais próximos da população”.

Yuri Ribeiro Sucupira, de São Paulo, disse que o maior número de vítimas de homicídio no Brasil são homens e questionou por que a legislação ainda não endureceu a punição para estes crimes. Sabrina Lage, do Rio de Janeiro, criticou a falta de estratégias de proteção para mulheres surdas.

Já Emanuella Scoz, de Santa Catarina, escreveu sobre a necessidade de políticas públicas nos municípios, com vistas a “desestruturar a cultura machista em órgãos públicos de atendimento à mulher”.

---

## **Direitos das mulheres estão sob ameaça de retrocesso, afirmam debatedoras na CDH**

A coordenadora nacional do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, afirmou nesta quarta-feira (27) que os direitos das mulheres estão sob ameaça de retrocesso devido ao avanço do conservadorismo. Soraia foi uma das convidadas para a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre combate à violência contra a mulher.

**[\(Senado Notícias, 27/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

De acordo com ela, o decreto de Bolsonaro que facilitou o porte de armas vai aumentar os casos de violência doméstica e mortes de mulheres no país.

— Nós já tínhamos mulheres morrendo dentro dos lares. A autorização para o porte de armas é uma licença para matar — disse.

Soraia destacou ainda que propostas em análise na Câmara dos Deputados que afrouxam as penas para legítima defesa em crimes de “violenta emoção” podem dar impunidade a feminicidas.

— A discussão da legítima defesa pode acabar legitimando muitas mortes e trará novamente a cultura da defesa da honra. É um risco termos armas nas mãos daqueles que são os agressores e armas jurídicas nas mãos daqueles que farão suas defesas — advertiu.

A coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher também classificou como ataques aos direitos das mulheres propostas que criminalizam todos os tipos de aborto, mesmo em caso de estupro ou risco para a gestante.

## **Lesões corporais**

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, foram registrados 221.238 casos de lesões corporais qualificadas como violência doméstica em 2017, enquadrados na Lei Maria da Penha. O Atlas da Violência de 2018, por sua vez, aponta 4.645 assassinatos de mulheres em 2016.

Mas o problema da violência contra as mulheres é mundial, conforme reforçou a embaixadora da Áustria no Brasil, Irene Giner-Reichl. Segundo dados apresentados por ela, 35% das mulheres sofreram violência física ou sexual em suas vidas. Uma em cada dez meninas foi forçada a ter relações sexuais e pelo menos 20 milhões de mulheres em 30 países tiveram seus órgãos sexuais mutilados. Ela destacou que em muitos casos de violência o agressor é o companheiro da vítima.

— São cifras inaceitáveis — lamentou.

A austríaca Kerstin Schinnerl, que atua em centros especializados em violência contra a mulher em seu país, reforçou a importância do atendimento às vítimas e de leis que garantam medidas protetivas para ajudar a encerrar o ciclo de violência.

## **Inclusão**

A independência financeira é um dos caminhos para encerrar esse ciclo, conforme ressaltou a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

Ela explicou que, como forma de incluir mulheres vítimas de violência no mercado, o Senado criou um programa de assistência que determina que 2% das vagas nos contratos de prestação de serviços firmados com empresas terceirizadas com mais de 50 trabalhadores sejam destinadas a vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade. Ao todo, são 60 vagas

disponíveis. A diretora-geral do Senado observou que a iniciativa contribuiu para o Senado reforçar também internamente o combate a qualquer tipo de assédio e violência.

— Não basta trazer essas mulheres para dentro do Senado e dar a elas a independência financeira. O Senado tem que ser uma organização capaz de acolher essas mulheres e de respeitar essas mulheres com um passado, com um *background* marcado pela violência — afirmou.

---

## **CDH aprova prazo para notificação de casos de violência contra a mulher**

Projeto aprovado nesta quarta-feira (12) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) estabelece que os serviços de saúde públicos e privados terão prazo de cinco dias, após o atendimento da mulher vítima de violência, para notificar as autoridades sobre a ocorrência.

**[\(Senado Notícias, 12/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

De autoria do senador Elmano Férrer (PTB-PI), o recebeu voto favorável da relatora, senadora Regina Sousa (PT-PI), e agora segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita em caráter terminativo. Ou seja, poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados se for aprovado e não houver recurso para votação do texto pelo Plenário do Senado.

O projeto [\(PLS 308/2016\)](#) estabelece o prazo de cinco dias contados do atendimento da mulher agredida para que os serviços de saúde encaminhem a cópia da ficha de notificação à autoridade policial mais próxima do estabelecimento hospitalar ou ao Ministério Público. A proposta altera a [Lei](#)

[10.778/2003](#), que já determina a notificação compulsória dos atos de violência doméstica, mas sem fixar prazo ou definir os órgãos destinatários.

“Embora a legislação já obrigue os profissionais dos serviços de saúde, públicos e privados, a realizar a notificação compulsória dos atos de violência doméstica, é certo que não foram fixados os órgãos destinatários da comunicação, tampouco o prazo para que ela se efetive, o que torna a exigência frágil”, justifica Elmano Férrer na justificação do projeto.

## **Gestação múltipla**

A CDH também aprovou nesta quarta-feira (12) o [PLS 259/2016](#), de autoria da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e que recebeu voto favorável da relatora, Regina Sousa. O projeto, que agora segue para votação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), institui benefício assistencial de caráter financeiro a famílias com gestação múltipla de três ou mais gêmeos.

“É, de fato, incontestável que a sociedade vem se deparando cada vez mais com a realidade da gravidez múltipla, o que acarreta definitivamente um desafio para essas famílias. Isso porque, normalmente, os casais que planejam ter filhos não se preparam para uma gestação múltipla. A gestação, na verdade, é só o começo do processo de se acostumar com a vida familiar que ganha muitas crianças de uma vez, o que envolve necessariamente um custo alto, tanto emocional, quanto econômico”, argumenta a autora Rose de Freitas.

O valor do benefício será definido em regulamento posterior. Mas a proposta já determina que somente famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 220 terão direito ao auxílio financeiro. O benefício será pago até a data em que os nascituros completarem seis anos de vida ou, antes, até a data em que permanecerem vivos menos de três nascidos da gestação múltipla.

O projeto estabelece que não haverá efeito retroativo, ou seja, só vai receber o dinheiro as famílias que tiverem três ou mais gêmeos a partir da publicação na nova lei. Regina Sousa informou em seu voto que Santa Catarina é o único estado da federação que conta com uma lei que concede benefício



assistencial de caráter financeiro em casos similares. Ela defendeu que a experiência deve ser reproduzida pela União nos demais estados como forma de aliviar um pouco a pressão exercida sobre o orçamento das famílias brasileiras situadas na base da pirâmide social, diante da possibilidade de agravamento de sua condição econômica em virtude do nascimento de três ou mais gêmeos.

---

## **Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora.



Aos 9 anos de idade Junior Philip foi arremessado por um colega contra a quina da mesa da professora - **Fernando Lemos / Agência O Globo**  
Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a conivência do corpo docente.

[\(O Globo, 31/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

— Eu muitas vezes era ofendido na frente dos professores, mas eles não falavam nada. Um deles chegou a dizer para meu amigo, também gay, que ele deveria honrar o que tinha entre as pernas — lembra Junior, que largou os estudos no 2º ano do ensino médio para trabalhar e hoje, aos 31 anos, cursa o 3º ano e pretende estudar Moda. — Meus colegas evangélicos falavam que eu ia arder no inferno. Passei a adolescência fugindo dos outros.

## **TEMA VOLTARÁ PARA BASE CURRICULAR**

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” antes de entregá-lo ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas a temática de gênero voltará para a Base, de acordo com o vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da Comissão de Direitos Humanos, Orientação sexual, identidade de gênero e nome social do órgão, Ivan Siqueira. Segundo ele, o CNE também enviará ao MEC até julho um parecer sobre a regulamentação do uso do nome social por pessoas trans em escolas de educação básica de todo país.

— A Comissão está discutindo uma política nacional que contemple o tema da sexualidade. E isso vai entrar na discussão da Base Nacional. No meu ponto de vista, o parecer sobre o nome social sinaliza na direção de incorporar esses termos na Base. O debate sobre a questão de gênero já está acontecendo, resta saber como isso vai figurar no documento, mas com certeza vai aparecer — afirma Siqueira. — Há dados que mostram que jovens abandonam a escola por esse preconceito, muitos cometem suicídio. É um problema real. Não é algo que possamos ignorar. É trabalho do conselho fazer normas que façam com que a educação do país melhore. Ignorar essa situação seria um desserviço para o país e descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como considerar que todos são iguais se estamos ignorando que essas pessoas estão sofrendo?

O sofrimento levou Johi Farias, homem trans, a largar os estudos no último ano do ensino médio e não voltar mais. Morador de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Johi sempre estudou em escolas públicas e os anos de discriminação culminaram na evasão quando o preconceito partiu de uma de suas amigas.

— Uma das meninas da turma se aproximou de mim e ficamos amigos. Estávamos em ano de formatura e as meninas ficavam falando sobre vestido para ir à festa, até que minha amiga começou a dizer que eu tinha que usar vestido, ficar com meninos. Eu fiquei tão cheio que eu fui até a direção e disse que queria sair da escola. Nessa época eu estava em depressão, porque eu não estava entendendo o que eu era — conta Farias. — Cheguei a voltar a

estudar no ano seguinte, em outra escola, mas fiquei com medo do ambiente e saí de novo. Depois não tive mais coragem de voltar. Vou tentar supletivo só para terminar o último ano.

Problemas no ambiente educacional estiveram presentes ao longo de toda formação de Johi, que embora tenha sempre contado com o apoio da mãe, quase nunca encontrou compreensão entre os colegas e professores:

— Meu corpo e a sociedade foram tentando me colocar naquela caixinha que eu não queria entrar de jeito nenhum. Eu era perseguido por uma garota na primeira série que tentava me bater, me colocava apelido, e eu não entendia porque ela me odiava. Alguns professores riam de mim. Na escola foi sempre um inferno. Desde que entrei até quando saí.

Para Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio, as escolas ainda não sabem como discutir relações de gênero nas salas de aula. Também há dificuldades para identificar a violência psicológica sofrida por estudantes LGBT.

— É comum ver alunos transexuais agredidos por colegas, enquanto os professores dizem que eles merecem apanhar por ficarem se expondo daquele jeito — revela Jaqueline, que é mulher trans e autora do livro “Homofobia — identificar e prevenir” (editora Metanoia). — Há profissionais de educação que reproduzem estereótipos, enquanto outros se sentem reprimidos em falar sobre sexualidade.

Segundo a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual, 68% por sua identidade de gênero. O levantamento mostra ainda que 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por conta de sua orientação sexual e 43% por sua identidade de gênero.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de lei “Escola sem partido”, que prevê que o Estado não tome parte em discussões sobre gênero e orientação sexual. O projeto sugere ainda a proibição da aplicação de ideologia de

gênero na educação. Já a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro discute, desde o ano passado, o Plano Municipal de Educação (PME), que norteará o ensino na cidade na próxima década.

## **DEBATES NAS SALAS DE AULA**

Parlamentares da bancada conservadora propuseram recentemente emendas em alguns artigos do projeto, suprimindo as palavras “gênero” e “orientação sexual” na lista de debates que devem ser desenvolvidos nas salas de aula.

— Essas mudanças refletem a lógica do medo, que afirma que a escola vai interferir nos valores familiares. É um discurso perigoso, porque considera que a instituição de ensino deve ser apenas uma transmissora de conhecimento, e não um espaço para ampliação de horizontes — ressalta o vereador Tarcísio Motta (PSOL), membro da comissão de Educação. — As mudanças no plano municipal são uma reação ao avanço das discussões sobre LGBT na sociedade.

Autor das emendas do PME, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) não quis dar entrevista.

Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho avalia que a mídia e a internet aumentaram o debate sobre sexualidade nas escolas, mas acredita que o cenário político não proporcionará mudanças a longo prazo.

— O Poder Legislativo, em todas as esferas, é composto por uma maioria de representantes voltados para o fundamentalismo religioso e a uma forma de pensamento conservador, que entendem somente uma composição de família heterossexual — critica. — Outras identidades não são reconhecidas e, por isso, faltam políticas públicas destinadas a elas.

---

# Sobre Elizas, Daniellas e Sandras, por Carlos Bezerra Jr.

Em 28 dezembro de 1992, a atriz Daniella Perez foi assassinada aos 22 anos. O seu corpo foi encontrado com 18 golpes de tesoura - oito perfurações no coração, quatro no pulmão, e mais quatro estocadas no pescoço. O ator Guilherme de Pádua e sua mulher à época, Paula Thomaz, foram julgados e condenados pela morte da atriz.

[\(Nexo Jornal, 25/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os dois passaram sete anos na prisão. Depois de cumprirem um terço da pena, vivem em liberdade.

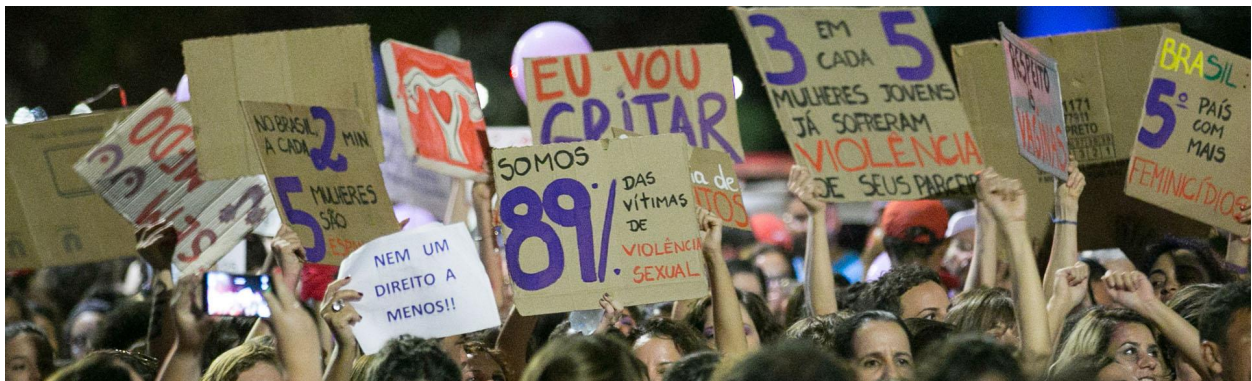
A jornalista Sandra Gomide tinha 32 anos quando foi assassinada pelo ex-namorado e também jornalista Antonio Marcos Pimenta Neves, então diretor de redação do jornal "O Estado de S. Paulo". O crime aconteceu no dia 20 de agosto de 2000 em um haras na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Pimenta Neves assumiu a autoria horas depois do crime.

Mas o julgamento só aconteceria seis anos depois. A sentença judicial foi aplicada 11 anos após o assassinato. Em 2015, a defesa de Pimenta Neves entrou com um pedido de progressão de pena do regime semiaberto para o aberto. O Tribunal de Justiça de São Paulo, entendendo que o condenado cumpria todos os requisitos legais, concedeu o benefício. Hoje o jornalista vive em sua casa na zona oeste da capital paulista.

Eliza Samudio foi assassinada aos 25 anos em 10 de junho de 2010, no interior de uma residência em Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A jovem tinha 25 anos e pedia judicialmente o reconhecimento da paternidade do filho ao jogador Bruno, na época goleiro e capitão do Flamengo. Segundo acusados pelo crime, Eliza teria sido morta por estrangulamento, posteriormente esquartejada e partes de seu corpo teriam sido jogadas para cachorros.

Neste caso, vou me deter um pouco mais em razão dos fatos recentes. O

goleiro Bruno, condenado a mais de 22 anos de prisão pela morte da ex-amante, havia sido solto, graças a uma liminar. Desde 2013, ele recorre da condenação dada em primeira instância. Como o recurso ainda não foi julgado, a prisão continuava sendo preventiva. O Supremo Tribunal Federal havia entendido que Bruno tinha passado tempo demais na cadeia para uma preventiva. Ele havia recebido, então, às vésperas do Carnaval, o direito de aguardar o julgamento do recurso em liberdade. Decisão reformada nesta terça-feira (25) pela 1ª Turma do STF.



Por três votos a um, o colegiado decidiu derrubar a liminar, levando o goleiro de volta à cadeia, como havia pedido o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O ministro Luiz Fux, um dos que votaram pelo retorno do goleiro à prisão disse: “Estamos diante de um crime hediondo. Não se dá liberdade provisória a crime hediondo”.

Anterior à decisão, já havia um amplo debate sobre o tema, mas não podemos reduzi-lo ao punitivismo, essa não é uma discussão sobre o quanto a sociedade deseja ver que os culpados paguem pelo que fizeram, desprezando possibilidades que estão na lei, como a premissa de responder o crime em liberdade, em alguns casos.

Não creio que estamos a pedir justiça, como alguns querem crer. No entanto, a que se questionar a justiça que mantém na prisão por no máximo cinco, seis ou sete anos homens que, assumidamente, mataram ou mandaram matar mulheres, ou seja, nos casos em que a culpa é incontroversa. E estamos nos referindo a casos emblemáticos.

## **503 MULHERES BRASILEIRAS VÍTIMAS A CADA HORA. ESTAMOS FALANDO DE 12.072 MULHERES AGREDIDAS POR DIA**

Ressalto que não quero fazer aqui, usando esses casos, qualquer ilação que lance dúvida sobre centenas de outros. No entanto, sabemos bem o quanto os casos de maior repercussão representam para a sociedade, sobretudo quando o que está em jogo é a percepção que temos sobre justiça.

É preciso também considerar que esses crimes foram anteriores à Lei 13.104 de 09 de março de 2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, introduzindo uma nova qualificadora no crime de homicídio, conhecida como a “Lei do Femicídio”, que aliás completou dois anos no mês de março que passou.

Mas apesar dos inegáveis avanços como a introdução da qualificadora no crime de homicídio e da Lei Maria da Penha, que no ano passado completou dez anos, vivemos em um país que possui estrondosos números de violência contra as mulheres, em grande parte silenciadas pelo manto do medo, pela socapa da covardia e pelo despreparo no atendimento em delegacias.

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres - a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde.

E porque vivemos em um país em que ainda é preciso que milhares de mulheres gritem nas ruas para que não calem as vozes de meninas do Piauí, barbaramente violentadas e cruelmente atiradas de um penhasco de dez metros de altura, ou da jovem do Rio de Janeiro, covardemente dopada e brutalmente estuprada por 33 bandidos.

Uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência em 2015, de acordo com pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança. Se considerarmos os casos de agressões físicas, o número é aterrorizante: 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora. Estamos falando de 12.072 mulheres agredidas por dia.

É preciso compreender esse cenário como algo de fundo estrutural, refletir sobre nosso programa de direito penal que coíbe a violência contra a mulher e seus resultados efetivos, porque só dessa maneira sairemos de um debate



de caso isolado, de ânimos mais inflamados, de momentos tensionados pela violência. Precisamos ir na raiz do problema, na formação das pessoas, na conduta de cada um de nós - homens e mulheres - que devemos ser plenamente conscientes sobre a igualdade de gênero e sobre o respeito em toda e qualquer esfera de relação. Sem essa base, teimaremos em falar mais do mesmo, alterando apenas datas e nomes.

*Carlos Bezerra Jr. é médico ginecologista, deputado estadual, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, autor da lei paulista de Combate ao Trabalho Escravo, considerada referência mundial pela ONU.*

---

## **A quem serve transformar a falsa acusação de estupro em crime hediondo?**

Uma [proposta](#) de tornar uma falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável chegou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Com 21 mil assinaturas, a iniciativa partiu do Portal e-Cidadania e, por conta do volume de apoiadores, foi encaminhada para à comissão para análise como Sugestão Legislativa 7/2017.

[\(Carta Capital, 20/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O autor da proposta, Rafael Zucco, justifica o pedido afirmando que leu na imprensa que “80% das denúncias de estupro são falsas”. Ele cita genericamente a “vingança da mulher contra o homem, alienação parental e conseguir mais bens no divórcio” como os principais motivos que levariam uma mulher a inventar uma denúncia de violência sexual.

“A reflexão que faço é: a quem interessa transformar a falsa denúncia de

estupro em crime hediondo? Qual o seu objetivo, considerando que vivemos em um país com altíssimos índices de violência sexual, um crime altamente subnotificado?”, analisa Silvia Chakian, promotora do Grupo Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de São Paulo.

O Código Penal já contempla e pune, no artigo 339, a denúncia caluniosa, isto é, iniciar processo de investigação criminal contra alguém imputando-lhe crime de que o sabe inocente. A pena prevista é de dois a oito anos de reclusão.



Mulheres protestam contra a cultura do estupro em São Paulo, em 2016./Rovena Rosa/Agência Brasil

“A acusação falsa de qualquer crime é gravíssima. Mas a questão é por que especificar no caso de estupro? Fica claro que isso atende a uma casuística, são casos pontuais. Isso afronta todas as vigências da boa técnica legislativa, ainda mais quando falamos da lei penal, que deve sempre ser genérica”, explica.

O site Aos Fatos, dedicado a fazer checagem de dados e notícias, classificou a estatística citada de 80% de falsas denúncias como “insustentável”, devido à “ausência de estatísticas básicas para comprovar ou refutar qualquer informação categórica a respeito de falsas acusações de estupro”.

A estatística, cuja fonte não foi detalhada pelo proponente da ideia, é recorrente em sites e páginas anti-feministas e de matiz conservadora. A possível origem parece ser uma notícia do jornal Extra, publicada em 2012, em que é atribuída à uma psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio a informação de que, nas varas de família na cidade do Rio de Janeiro, 80% das denúncias são infundadas. No entanto, esse número circunscreve-se aos registros de abuso infantil em situações de alienação parental e briga pela guarda das crianças naquele município - e, portando, não pode ser extrapolado para a realidade brasileira.

Outro obstáculo para embasar tal afirmação é a ausência de dados oficiais. O estupro é um crime com grande subnotificação, isto é, muitas vítimas deixam

de denunciar a violência sexual.

No Brasil, onde a cada um minuto 11 mulheres são estupradas, estima-se que apenas 10% dos casos cheguem até a delegacia, segundo informações da pesquisa *Estupro no Brasil: uma radiografia*, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgada em 2016.

Na visão de Chakian, a sugestão legislativa proposta é perigosa. Além disso, traz à tona a questão da desconfiança que se tem em relação à palavra da vítima de violência sexual, como se a mentira fosse mais frequente nesses casos, em comparação com outros crimes.

“Isso é fruto de um preconceito com relação às mulheres. É como se a palavra delas não fosse digna de crédito”, afirma, explicando que os casos de denúncias falsas devem ser investigados, mas, novamente, apontou que tratam-se de casos isolados.

### **Silêncio e isolamento**

O estupro é uma violência complexa, íntima, humilhante e peculiar, que viceja no silêncio: nove em cada dez mulheres vítimas de violência sexual acaba por não levar o caso até a polícia. A subnotificação é elevada no mundo todo.

O silenciamento é incrementado pelo medo de não acreditarem em seu relato, pelo estigma, o isolamento social e a vergonha de expor a privacidade. Outro complicador é que muitos estupros são praticados por pessoas do convívio da vítima, como cônjuges e exs, pais e padrastos. Amigos ou conhecidos respondem por 15% dos casos.

“Muitas acreditam que são culpadas também, que se colocaram naquela situação. Outras nem entendem o acontecido como um crime. Também sofrem com a falta de compreensão no próprio círculo de convivência e familiar, vistas como causadoras de desagregação na família”, analisa Chakian, observando que as vítimas de violência sexual ocupam uma posição desvantajosa e são as mais estigmatizadas. “Depois que elas denunciam, sofrem mais violência institucional e preconceito do que outras”.

Além disso, a própria natureza do crime torna-o complexo do ponto de vista das provas e de sua comprovação. Em primeiro lugar, nem sempre há prova pericial, uma vez que é possível que não haja vestígios da violência. Assim, o depoimento da vítima e sua palavra ganha relevância nesses processos.

“Quando você cria uma lei casuística, há o perigo de desestimular as denúncias. As vítimas tendem a suportar muito tempo caladas, não pode haver uma lei que desestime a denúncia”, critica.

Apesar da ausência de estudos mais consistentes, a pesquisa *False Allegations of Sexual Assault: An Analysis of Ten Years of Reported Cases* estima que o índice de denúncias falsas de estupro fique entre 2 e 10% - resultado parecido com o observado em outros crimes.

Em outro levantamento, realizado no Reino Unido e encomendado pelo Crown Prosecution Service há quatro anos, concluiu-se que, em 17 meses de monitoramento entre 2011 e 2012, 35 processos de falsas denúncias de violência sexual foram levados a frente. No mesmo período, registrou-se 5,6 mil casos de estupro.

Para a justiça inglesa, o estudo embasa que a polícia não deve adotar uma postura “cautelosa” instigada pela “preocupação compreensível de que algumas alegações são falsas”.

Para Chakian, o esforço institucional deveria ser para incentivar que mais mulheres e vítimas consigam denunciar seus agressores. Ela também observa que o quadro parece estar mudando.

“Houve um tempo não tão distante em que as mulheres eram estupradas dentro de casa e não tinham onde denunciar, sequer sabiam que eram vítimas. Hoje as mulheres estão menos tolerantes, acionando o sistema para buscar o seu direito de denunciar uma violência. Isso é fruto de uma maior conscientização e amadurecimento da sociedade”.

---

# Crime de estupro será tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos

**(Agência Senado, 10/06/2016)** Após os recentes registros de violência sexual contra mulheres, adolescentes e crianças no país nas últimas semanas, e com a divulgação de estatísticas que revelam que uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove nesta segunda-feira (13) audiência pública para debater o crime de estupro.

Para participar do debate, foram convidadas especialistas e representantes de entidades de defesa das mulheres. Entre elas, a coordenadora-geral da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, Diana Calazans Mann; a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista, e a coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade da Universidade de Brasília (UnB), professora Silvia Badin.

A audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para participar com comentários ou perguntas, basta acessar o Portal e-Cidadania ou ligar para o Alô Senado, no número-0800612211.

A iniciativa da audiência pública é do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. A reunião está marcada para 9h, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

**Acesse no site de origem:** [Crime de estupro será tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos \(Agência Senado, 10/06/2016\)](#)

---

# Comissão aprova nacionalização da 'Patrulha Maria da Penha'

*(Agência Senado, 06/04/2016)* A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, nesta quarta-feira (6), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 547/2015, da senadora Gleisi Hoffman (PT-PR), que institui o programa Patrulha Maria da Penha. A proposta consiste em visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência e reprimir atos de violência. O projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além disso, a proposta especifica que a execução do programa será feita por meio de instrumento de cooperação federativa entre União, estados, municípios e Distrito Federal, nos termos de regulamento.

Na justificativa do projeto, Gleisi afirma que, embora a Lei Maria da Penha tenha previsto uma série de mecanismos de salvaguarda às mulheres em situação de violência, as estatísticas demonstram que os agressores continuam praticando atos violentos, mesmo após o deferimento de medidas protetivas.

A senadora argumentou que a experiência de diversos municípios brasileiros que têm usado a patrulha como meio de prevenir a violência doméstica tem reduzido os índices de violação às medidas protetivas.

A relatora do projeto, senadora Regina Sousa (PT-PI), lembrou que a Patrulha Maria da Penha já funciona em cidades como Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Manaus (AM).

“Em Manaus, por exemplo, consta que a reincidência do agressor, nas áreas atendidas, beira a zero. Também em Curitiba, em um ano e cinco meses de atuação da Patrulha Maria da Penha, a reincidência dos crimes de violência contra a mulher caiu para zero entre aquelas acompanhadas pelo serviço da Guarda Municipal”, frisou.

Por emenda, Regina Sousa propôs a exclusão dos municípios do rol de entes federativos responsáveis pela Patrulha Maria da Penha, com o objetivo de evitar possível alegação de inconstitucionalidade. A relatora foi convencida, no entanto, por Gleisi Hoffman a deixar os municípios em um parágrafo específico para que, se for considerado inconstitucional, seja vetado apenas esse trecho.

Ângela Portela (PT-RR) celebrou a aprovação do projeto e lembrou que Roraima é o estado campeão nacional de violência contra a mulher.

— São experiências exitosas que, sem dúvida nenhuma, vão diminuir os índices de violação às normas protetivas — afirmou.

***Acesse no site de origem:*** [Comissão aprova nacionalização da 'Patrulha Maria da Penha' \(Agência Senado, 06/04/2016\)](#)

---

## **Reforma da Previdência, crise econômica e violência afetam mais as mulheres, aponta debate na CDH**

***(Agência Senado, 07/03/2016)*** A luta pelos direitos das mulheres foi o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu nesta segunda-feira (7). Reforma da Previdência, crise econômica e violência contra a mulher foram assuntos abordados durante o encontro - proposto pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

— Esta audiência busca colaborar com a caminhada das mulheres. Para mim, dia das mulheres é todos os dias — disse o senador, em referência ao Dia

Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

A vice-prefeita de Salvador (BA), Célia Sacramento, disse que a reforma da Previdência e a falta de creches, duas das principais reclamações das mulheres atualmente, são temas que “falam da vida”. Ela criticou a intenção do governo de aumentar “em até dez anos” o tempo necessário para a aposentadoria da mulher. Célia disse que a fisiologia evidencia a diferença entre homens e mulheres e cobrou novos modelos de gestão.

— Estão buscando apenas o caminho mais fácil, que é aumentar o tempo de contribuição — criticou.

A presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, Gláucia Morelli, também criticou a anunciada proposta da reforma previdenciária, que poderia retirar da mulher o direito de se aposentar mais cedo que o homem, “sem levar em conta a dupla jornada das mulheres”. Para Gláucia, as mulheres precisam se posicionar e contar com representantes públicos comprometidos com a busca dos direitos femininos. Já a secretária de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Maria Pimentel, disse que a reforma necessária é o fim dos desvios e da sonegação.

— É uma verdadeira afronta ao povo brasileiro! É um escárnio! Homens e mulheres precisam se unir contra essa reforma — disse Maria Pimentel.

## **Crise e violência**

A relação entre gênero, raça, crise e violência também foi abordada no encontro. A coordenadora-geral das Mulheres Trabalhadoras da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Ivanilda Reis, apontou que “se é difícil para a mulher, imagina para a mulher negra”. Ela disse que as pesquisas registram que as mulheres negras ocupam os piores cargos e recebem os piores salários, além de serem as principais vítimas da violência e do preconceito. Assim, segundo Ivanilda, a crise econômica e social termina sendo mais grave entre os negros, com destaque para as mulheres negras.



— A crise atinge mais as mulheres negras. A violência tem cor — lamentou Ivanilda.

A secretária nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, lembrou que o século 20 representou um período de conquistas de direitos para as mulheres. Ela citou a Constituição de 88 como exemplo de garantia de muitos direitos para as mulheres. Aparecida, no entanto, lamentou o fato de os homens ganharem mais do que as mulheres e de as mulheres brancas ganharem mais do que as mulheres negras.

— Nossa pauta é não perder nenhum dos direitos, é lutar por mais. Nossos direitos custaram a vida de muitas mulheres. É preciso enfrentar o discurso conservador — afirmou.

A presidente do Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos, Juneia Martins Batista, anunciou o lançamento de uma cartilha com orientações sobre a questão da violência de gênero no local de trabalho. Ela disse que 52% das mulheres já sofreram violência ou conhecem casos de violência sexista em seu ambiente de trabalho. Juneia fez críticas à publicidade que explora o corpo das mulheres e também à diferença de salário entre mulheres e homens.

— Todas nós sabemos do que se trata. Muitas mulheres faltam ao trabalho por medo da violência. Não há desculpa para a violência — afirmou.

## **Luta**

Apesar dos lamentos e das críticas, as participantes da audiência pública foram unânimes quanto à importância da disposição para a luta. A diretora da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Cintia Rangel Assumpção, lamentou que os preconceitos contra a mulher ainda persistam. Ela afirmou que para o direito das mulheres avançar não é preciso recuar o direito dos homens. A coordenadora-geral da Fasubra, Léia Oliveira, disse que é preciso reconhecer os avanços já conquistados na luta pelos direitos da mulher. Segundo Léia, esse reconhecimento deve servir como um impulso na luta pela preservação dos direitos.

Para a pedagoga Eurídice Ferreira de Almeida, também representante da Fasubra, é preciso mais engajamento das mulheres na luta pelos seus direitos. Ela lembrou que as mulheres representam 51% da população e 52% dos eleitores, mas ocupam menos de 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e pouco mais de 13% das vagas no Senado.

— Falar de mulher é falar de luta diária e luta de resistência. Quando juntas, somos imbatíveis — declarou Eurídice.

***Acesse no site de origem:*** [Reforma da Previdência, crise econômica e violência afetam mais as mulheres, aponta debate na CDH \(Agência Senado, 07/03/2016\)](#)

---

## **CDH debate medidas de combate ao trabalho escravo**

***(Agência Senado, 02/02/2016)*** A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) está marcada para esta terça-feira (2), a partir das 9h. Entre os convidados, estão o indiano Kailash Satvarthi, Prêmio Nobel da Paz em 2014, e Leonardo Sakamoto, conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão.

***Acesse no site de origem:*** [CDH debate medidas de combate ao trabalho escravo \(Agência Senado, 02/02/2016\)](#)